

Interseções entre a historicidade da língua
e a historicidade do texto
sob a ótica das Tradições Discursivas



LaborHistórico

Volume 4 - Número 2 - jul./dez. 2018

Sumário

Apresentação 10

Cleber Alves de Ataíde
Valéria Severina Gomes

Dossiê Temático

Como formar um público culto? Necrológio para a tradição discursiva Guia de Parque Zoológico 13

Iryna Gaman
Konstanze Jungbluth

Cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX: aspectos pragmáticos, textuais e linguísticos 34

Maria Cristina de Assis
Maria das Graças Carvalho Ribeiro

Tradições discursivas em anúncios de fugitivos nos jornais do Recife 48

Ana Karine Pereira de Holanda Bastos

O anúncio publicitário na escatologia dos folhetos de cordel 69

Linduarte Pereira Rodrigues

Um estudo das formas verbais imperativas em cartas pessoais dos séculos XIX e XX 81

Aldeir Gomes da Silva

Varia

*A variação diatópica dos pronomes pessoais Tu e Você
em cartas de amor do sertão pernambucano do século XX* 92

*Cleber Alves de Ataíde
Tallys Júlio Souza Lima*

Variação sociolinguística e dialetológica: um estudo contrastivo entre Cuiabá e Covilhã 104

*Jussara Maria Pettenon Dallemole
Paulo Osório
Maria de Jesus Carvalho Patatas*

*Toponímia menor e conservadorismo lingüístico:
algúns exemplos contemporâneos da cidade da Coruña* 135

Xosé Manuel Sánchez Rei

Cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX: aspectos pragmáticos, textuais e linguísticos

*The official letters from the XVIII and XIX centuries:
pragmatic, textual and linguistic aspects*

Recebido em 11 de maio de 2018. | Aprovado em 09 de julho de 2018.

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i2.17496>

Maria Cristina de Assis¹
Maria das Graças Carvalho Ribeiro²

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a linguagem de cartas oficiais enviadas a diferentes autoridades da administração pública da Paraíba nos séculos XVIII e XIX. O *corpus* foi selecionado a partir de documentos manuscritos preservados no Arquivo Histórico da Paraíba. Os fenômenos linguísticos são observados de uma perspectiva histórico-textual, com base nos níveis de análise linguística apresentados por Wulf Oesterreicher (1994; 1996), a partir de conceitos elaborados por Eugênio Coseriu (1979; 1979a). Dentre as características da linguagem, observou-se o fenômeno da modalização, que leva em conta a língua em uso, a partir de autores como Neves (2000), Nascimento (2010), entre outros.

Palavras-chave: Linguagem; Tradições discursivas; Cartas oficiais; Historicidade dos textos; História social da Paraíba.

Abstract: This paper aims to analyze the language of official letters sent to different authorities of the public administration of Paraíba in the eighteenth and nineteenth centuries. The *corpus* was selected from manuscript documents preserved in the Arquivo Histórico da Paraíba [Historical Archive of Paraíba]. Linguistic phenomena are observed from a historical-textual perspective, based on the levels of linguistic analysis presented by Wulf Oesterreicher (1994; 1996), on the basis of concepts elaborated by Eugenio Coseriu (1979; 1979a). Among the characteristics of the language, we observed the phenomenon of modalization, which takes into account the language in its usage context, as theorized by authors such as Neves (2000), Nascimento (2010), among others.

Keywords: Language; Discursive traditions; Official letters; Historicity of texts; Social history of Paraíba.

¹ Professora da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Linguística. Maria Cristina de Assis é professora associada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba, na área da Língua Portuguesa e Linguística, com atuação nas áreas de história social do português, estudos linguísticos e redação em língua portuguesa. Graduiu-se em Letras, em 1981, concluiu o mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1986) e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2003. xtinassis@gmail.com.

² Professora da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Linguística. Maria das Graças Carvalho Ribeiro é professora associada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba, na área da Língua Portuguesa e Linguística, com atuação nas áreas de morfossintaxe do português, estágio supervisionado e formação de professores. Graduada em Letras, com mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1993) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2003. mgricarvalho@gmail.com.

Introdução

As comunidades linguísticas transmitem historicamente modelos de produção e recepção textual. No Brasil, os textos produzidos durante os períodos coloniais e imperiais brasileiros, notadamente os documentos oficiais, baseavam-se nos textos redigidos em Portugal e seus redatores demonstravam preocupação em seguir as tradições da época, tanto com relação à estrutura formal quanto com o estilo e o nível de língua.

Nesse sentido, é objetivo central deste artigo analisar a linguagem de cartas oficiais da administração pública da segunda metade do século XVIII e do século XIX, um dos gêneros mais utilizados e de maior circulação na sociedade da época, em que o acesso à escrita era restrito a poucas pessoas. Interessa investigar o emprego de formas linguísticas, ressaltando as que revelam o contexto de produção e expressam relações de poder entre os interlocutores, vistas de uma perspectiva *histórico-textual*. Historicamente, focalizamos a língua portuguesa numa comunidade e tempo delimitados e, textualmente, abordamos fenômenos linguísticos relacionados ao *medium* de realização, isto é, convenções da língua burocrática, entendendo-se, aqui, o estilo burocrático oficial nos séculos XVIII e XIX, portanto, relacionado à tradição discursiva (TD) carta oficial. Focalizamos, portanto, uma TD de um período específico, dentro de um contexto de produção peculiar, enfatizando o contexto de produção e as relações sociais evidenciadas nas marcas linguísticas.

Consideramos que os documentos gerados pela administração pública bastante adequados para este estudo numa perspectiva histórica, por trazerem explicitamente o local, a data e o autor dos textos, o que possibilita conhecer como a língua estava sendo usada na época, principalmente no uso de textos relacionados à burocracia administrativa.

Na análise, baseamo-nos, principalmente, no conceito de Tradições Discursivas, abordagem mais recente da Linguística Histórica, surgida na romanística alemã, a partir dos estudos desenvolvidos por Eugênio Coseriu (1979; 1979a; 1982) e em Bronckart (1999).

Intentamos ainda observar se certos traços linguísticos apontados em ofícios atuais como peculiares à linguagem burocrática já são encontrados nos séculos estudados, se se alteraram ou se ainda não são encontrados nos textos oficiais da época.

Os ofícios analisados integram um *corpus* diacrônico coletado e editado por Fonseca (2003), a partir de documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX preservados no Arquivo Histórico da Paraíba. Os textos foram produzidos por autores diversos, vindos de localidades variadas e dirigidos a diferentes autoridades paraibanas.

Este trabalho estrutura-se da seguinte maneira: inicialmente, traçamos algumas considerações sobre as características gerais³ dessas cartas oficiais. Em seguida, partimos do estudo do léxico para, através das marcas linguísticas, observarmos o contexto social e de produção em que foram escritas. Posteriormente analisamos as relações sociais entrevistadas por meio do uso de modalizadores, como advérbios e verbos, que exprimem diferentes efeitos de sentidos aos textos. Por fim, seguem-se as considerações finais.

1. Dos ofícios coloniais e imperiais

Ao elaborar uma tipologia dos documentos produzidos em Portugal pela Administração Central no Antigo Regime, Martinheira (1997) revela que o estilo burocrático e a forma das tipologias alteravam-se, extinguíam-se ou sofriam adaptações. Essas variações podiam decorrer da autoridade que expedia o documento, de quem fazia cumprir, da autoridade a quem competia executar, dos regimes políticos, entre outros fatores.

Conforme o autor, o ofício é a tipologia mais frequente entre os textos produzidos no período, por tratar dos assuntos correntes da administração. Poderia ser enviado por diversas autoridades, inclusive os Secretários de Estado e Tribunais. Esses documentos tratavam dos mais variados assuntos e apresentavam diferentes propósitos: solicitar informação, documento, apreciação, entre outros; emitir opinião ou parecer; encaminhar documentos,

³ O referido *corpus* consta de 203 cartas oficiais de caráter administrativo, escritas entre 1774 e 1874. A numeração das cartas (C1, C2) se fez segundo a ordem cronológica em que foram redigidas. Os recortes dos ofícios são citados conforme numeração (C1, C2) em que se encontram na citada tese.

recrutas, presos; notificar (comunicar decisão, ordem; dar instruções ou ordens, prestar esclarecimentos (justificar); fazer nomeações diversas; relatar acontecimentos e pedir providências e informar recebimento de documentos, recrutas, presos etc.

No Brasil, de modo geral, os ofícios dos séculos XVIII e XIX seguem a tradição ibérica. Por tratar-se de cartas burocráticas oficiais, há uma padronização maior do que nas cartas pessoais, portanto, espera-se que os autores obedeçam aos modelos produzidos pela tradição. Em relação à estrutura formal, muitos elementos como cabeçalho, saudação (vocativo, seguido ou não de fórmula de cortesia), corpo do texto, fecho, assinatura, cargo, local e data, endereçamento ainda permanecem em ofícios atuais. No entanto, ao longo dos anos, algumas alterações ocorreram na organização espacial, no tamanho das letras, no corpo do texto, no uso de determinadas fórmulas de cortesia, nos cumprimentos de despedida e nos fechos. Alguns termos, expressões de polidez, fórmulas de abertura e encerramento incorporaram-se à linguagem burocrática, chegando a constituir chavões ou clichês. Muitos desses clichês, já presentes nas cartas dos séculos XVIII e XIX, são bastante resistentes e permanecem em ofícios atuais, com pouca ou nenhuma variação.

Da perspectiva linguística, os ofícios analisados apresentam estruturas variadas, com grande heterogeneidade de sequências tipológicas⁴, embora neste estudo, predominem estruturas injuntivas e narrativas. Há o uso de tempos compostos e construções perifrásticas, com verbos aspectuais, dando ideia de frequência, início ou desenvolvimento de eventos.. Esses aspectos podem ou não vir entremeados de fórmulas de polidez. Nos recortes a seguir, verificamos alguns desses tempos formados com o auxílio do verbo *ter*:

- (1) **Tenho recebido** de V. S. tres cartas, duas de/data de 16 (C4)
- (2) não **tenho dado resposta** por ter havido expedições (C4)
- (3) porque **tendo** alguns tempos **asentado** o Lagedo (C41)
- (4) segundo **metem constado** /ha dozedias (C4)

Nas cartas estudadas, os produtores têm em mente um destinatário específico e, no momento de produção, compartilham do conhecimento necessário para identificar os referentes, não sendo preciso explicitar todas as informações. Porém, o texto precisa trazer dados suficientes para ser compreendido com o sentido que o produtor pretende. É importante que um estudioso desses textos, não o destinatário das cartas, recupere o conhecimento de determinadas situações e acontecimentos aludidos pelo autor, para que o sentido da informação seja compreendido (OESTERREICHER, 1999). Mesmo assim, há casos em que as pessoas, lugares e feitos se apresentam de tal forma que o leitor pode identificá-los com facilidade, como na carta a seguir, que traz o nome e a função dos recrutas a que se refere o autor:

- (5) Fui entregue das Recrutas que V. S^a me en/viou pelo Ajudante Manoel Carneiro e pelo Sargento / Francisco Xavier Ozorio, os quaes tendo obrigação de os /entregar Seguros nesta Praça namderaõ Conta do Dezertor/ Antonio daCosta Caetano, nem Francisco Pereira filho de /Gaspar Pr^a /Estes dois cabos tem incorrido nas /penas, que determinao Cap' 23 do Regulamento edevem ser punidos (C21)
- (6) Nacarta de tres de Março do presente anno que Vossa Senhoria /me escreve; ahinda merepresenta amimoria, eoque praticaraõ/ os-seos antecessores, e exercitavaõ osmais Governadores so/ bordinados..." (C12)
- (7) Tenho recebido de V. S. tres cartas duas de data /de 16, e huma de 17, todas do corrente mez, a q /não tenho dado resposta (C 4)

Nos textos escritos, o planejamento, em princípio, pode ocorrer de antemão, o que, segundo Oesterreicher (1994), favorece a uma expressão de grande densidade informativa. É o que se verifica em cartas como a seguinte, que vem dividida em itens, de acordo com as recomendações feitas pelo autor:

⁴ Por tipo textual entende-se, como em Marcuschi (2002, p. 22), uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Abrangem narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

- (8) Ordeno a V.S.^a, que em Cumprimento de /Alvará com força de Ley de S.Mag.^e de 24 de Fevereiro de /1764, mande aos Capitaens Mores dessa Capitania de Seo/governo, que no prefixo termo de noventa dias continuos, e Conta/dos da apresentação da ordem de V.S.^a tenham nas Camaras do /seo Destrito as Listas de todas, e cada uma das Companhias de seo /termo em um Livro, que para isso haverá rubricado e ensinado por Mez, sendo também as Listas particulares de cada /Companhia rubricadas, e assignadas pelos respectivos Capitaens. (C13)

Além disso, é sempre possível colocar informações suplementares, notas e apontamentos. Como exemplo, pode-se ver nas passagens seguintes, em que o autor, após concluir e assinar, acrescenta outras informações:

- (9) Com esta hade entregar a Vossa Senhoria o Portador ao /prezo Antonio Barbosa de Andrade, para V.S. o fazer re/colher a caxa da ordem do Dr Ouvidor, para onde veyo re/metido da villa de Alagoas. Dia e ora ut supra. (C9)
- (10) PS: A carta inclusa para os Governos in/terinos da Capitania do Rio Grande fará V. Sa remeter/com a possível brevidade. (C27)

É importante considerar que esses textos trazem um aspecto peculiar do ponto de vista linguístico: a utilização da língua burocrática, isto é, o registro linguístico da língua de uso comum na burocracia administrativa⁵. Nas cartas que buscam seguir os modelos portugueses, há uma clara preferência por procedimentos verbais neutros, evitando-se expressões dotadas de carga emocional muito acentuada. Trata-se de um aspecto associado ao uso da linguagem burocrática, caracterizado pela impessoalidade, que é marcada, entre outros meios, pelo uso da voz passiva. A voz passiva focaliza mais o *objeto* da ação do que a *pessoa* e, em consequência disso, ocorre o apagamento do agente e o distanciamento entre os interactantes. Esse recurso pode ser usado em textos atuais, segundo Mendonça (1985), para impor regulamentos e normas. Nos textos averiguados, observa-se o emprego da voz passiva, tanto analítica quanto sintética, como nos exemplos seguintes, em que é possível verificar que a ênfase na ação.

- (11) onde secos/tumãõ fazer semelhantes nomiaçoens:- devem custumar-se a fazer (C12)
- (12) me foi remetido o Alvara de Ley (C34)

Entretanto, mesmo se tratando de textos burocráticos, formais, e obedecendo a modelos já estabelecidos, é possível encontrar, na organização linguístico-textual, diferenças resultantes das condições sócio-históricas em que foram produzidas (FONSECA, 2003). Um dos fatores que propiciam essa variação está associado ao domínio da modalidade escrita por parte dos autores: de um lado, pessoas hábeis na redação de textos; de outro, os inexperientes no manejo da escrita. Nesse sentido, conforme Oesterreicher (1994), na época colonial, os que redigem textos burocráticos são em geral autores com certa prática no exercício de escrever: oficiais com seus secretários e escrivães, tabeliães. Esses autores estão guiados pelas tradições discursivas, pelo que Coseriu (1979a) chama de *saber falar como se fala* numa comunidade e segundo uma tradição. No entanto, como nessa época o papel da escola ainda não se sentia no sentido de reforçar a norma, esta orientação para com a norma é sempre bastante relativa. São abundantes, pois, flutuações e vacilações inclusive nos textos que correspondem claramente à concepção escrita. Em decorrência disso, há no *corpus* uma grande variação no domínio do código escrito por parte dos autores, uma vez que nem todos os produtores dos textos conseguiram aproveitar as possibilidades do texto escrito e, por isso, suas produções apresentam divergências da norma escrita culta, com passagens cheias de repetições, interferências da língua falada, registro das palavras escritas como se pronunciavam e construções de variedades de menor prestígio.

⁵ Mendonça (1985) apresenta alguns estudos sobre as linguagens burocrática e jurídica, e aponta como características da burocrática: 1) *Abuso de nominalizações* - o estilo burocrático tradicional é impessoal, não se dirige diretamente ao leitor; se um ser humano é mencionado, ele o é através de um termo genérico ou de classe. O efeito é um estilo formal e abstrato. Reflete-se ainda no modo de centralizar-se no objeto inanimado da ação em vez de no agente da ação; 2) *Uso frequente de jargões* - vocabulário específico com duplo objetivo para o grupo profissional que domina os conceitos transmitidos: a) indica a seus usuários, aqueles que não fazem parte do grupo; b) serve para facilitar a intercomunicação entre os membros de um grupo; 3) *Tom marcadamente legalístico* - decorrente de ser muitas vezes documento legal. Engloba muitas vezes arcaísmos, frases muito complexas - características da linguagem jurídica -, parágrafos demasiadamente longos (120 a 150 palavras), que sobrecarregam a capacidade humana de processamento da informação.

Considerando-se que o uso da língua está condicionado ainda pelo grau de familiaridade, de cultura e de proximidade dos interlocutores, acredita-se que determinados fenômenos linguísticos dos textos representam influências da oralidade, além da falta de competência na escrita. Essa inabilidade poderia ser explicada pelo analfabetismo ou pela pouca escolaridade, predominantes na sociedade colonial brasileira. Vejamos, então, o contexto de produção dessas cartas.

2. Do contexto de produção

Considerando que o estudo de uma língua e da história dessa língua se faz com base em textos em seu contexto de uso, ou, como orienta Coseriu (1979, p. 236), “*explicar uma obra significa, antes de mais nada, reconstruir seus entornos*”, buscamos aqui situar os ofícios em seu contexto de produção⁷, as relações sociais, o produtor do texto e o produto, que é o próprio texto. O contexto pode definir o sentido do texto e orienta tanto a sua produção quanto a recepção. No tocante ao contexto de produção, é importante descobrir e descrever as relações sociais que cercam o ato de escrever no período em foco.

Os ofícios produzidos entre 1774 e 1780 que integram este estudo são do Governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes⁸ e enviados para o da Paraíba, o capitão-mor Jerônimo José de Melo e Castro. Quando foram escritos, a Paraíba estava anexada à capitania de Pernambuco. A dependência da capitania vizinha existia desde a fundação, uma vez que a conquista territorial paraibana foi apoiada pelos proprietários e comerciantes pernambucanos e, além disso, por mais de trezentos anos, o comércio com o exterior foi feito através do Porto do Recife. De 1755 a 1799, essa dependência tornou-se oficial. Sobre a subordinação, Oliveira (1985, p. 93) afirma:

a anexação se inseria dentro do plano de racionalização da política pombalina de conter gastos, concentrar recursos e não dispersá-los numa época de crise como a dos meados do século XVIII, em Portugal. Há um objetivo político de centralização, comando e fiscalização, através da jurisprudência de Pernambuco. Há também outro de controle da burguesia instalada no Recife, havendo possibilidade de articulação da área agrária com a comercial. A esses interesses ligavam-se os do grupo comercial de Pernambuco.

Durante os 43 anos de anexação⁹, a população paraibana passou grandes dificuldades, decorrentes do colapso em que se encontrava a produção açucareira, da inexistência de mão-de-obra e da transferência de rendas para a vizinha capitania de Pernambuco. Além disso, a presença da Inquisição e a criação da Capitania de Comércio também contribuíram para o empobrecimento da Paraíba¹⁰. Os governantes paraibanos queixavam-se da falta de autonomia política, militar e econômica para administrar, uma vez que, mesmo as administrações das capitanias estando separadas, as decisões pertenciam a Pernambuco. Antes até da anexação, cabia à capitania vizinha a superintendência das fortificações (OLIVEIRA, 1985). O descontentamento do governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, com a situação em que se encontrava a capitania no período da anexação é registrado nas

⁶ Coseriu (1979) comenta que isso implica reconhecer o caráter propriamente linguístico do comentário “filológico”, que em grande parte consiste em revelar os entornos em que o texto estudado adquire seu pleno sentido.

⁷ Por contexto de produção entende-se o conjunto dos parâmetros que podem influenciar a forma como um texto é organizado (BRONCKART (1999, p. 93), referindo-se ao mundo físico ou ao mundo social e ao subjetivo. No primeiro plano, pode ser definido por quatro parâmetros: o *lugar de produção* (lugar físico em que o texto é produzido), o *momento de produção* (a extensão de tempo durante o qual o texto é produzido), o *emissor/locutor/produtor* (pessoa/máquina que produz fisicamente, na modalidade oral ou escrita, o texto) e o *receptor/co-produtor/interlocutor* (pessoa(s) que pode(m) receber concretamente o texto). No segundo plano, pode ser decomposto em quatro parâmetros: o *lugar social* (quadro de formação social, instituição e ao modo de interação em que o texto é produzido), a *posição social do emissor* (o papel que desempenha na interação em curso), a *posição social do receptor* (o papel que desempenha na interação em curso), o *objetivo da interação* (o ponto de vista do enunciados, o(s) efeito(s) que o texto pode produzir no destinatário).

⁸ Escreveu, de 1774 a 1780, 40 cartas individualmente e 3 em Junta. Foi governador de Pernambuco entre 27 de julho 1774 e 13 de dezembro de 1787. Era natural da cidade da Bahia, onde permaneceu de 1720 a 1734, período em que seu pai, Vasco Fernandes Cezar de Menezes, Conde de Sabugosa, exerceu o cargo de Vice-rei do Brasil. Foi militar, servindo em Portugal e nas Índias. Depois de governar Pernambuco, José César foi para Portugal onde terminou seus dias de forma ignorada.

⁹ A capitania continuou administrada por um capitão-mor que tinha sua jurisdição dependente do governo pernambucano.

¹⁰ Criada em 1759 e extinta por decreto da rainha Dona Maria em 8/5/1780, a Companhia de Comércio cobrava juros exorbitantes e praticava preços altíssimos, enquanto a Inquisição (1780) ajudava a transferir as riquezas da colônia para a metrópole, já que os que eram atingidos por ela tinham seus bens confiscados e incorporados ao patrimônio da coroa.

cartas do dirigente paraibano, citadas por Oliveira, Menezes e Lima (2002). Por outro lado, as cartas do governador de Pernambuco, José César de Menezes a Melo e Castro, refletem a posição de comando, de superioridade, como se pode ver o trecho seguinte, que trata de uma das constantes preocupações do governador pernambucano: o envio de tropas para completar os regimentos:

- (13) Alem da remessa das Recrutadas, que recomen/do a Vossa Senhoria, lhe ordeno tãobem faça tirar no Seu destrito, eme/dirija, com amayor brevidade, huma exacta Relação dividida/ nas Classes seguintes. (C9)

No início do século XIX, com os espaços territoriais paraibanos já delimitados, a Paraíba começava a operar em termos econômicos, tentando recuperar-se das dificuldades passadas no século anterior. No entanto, o léxico dessas cartas revela problemas de natureza diversa, a exemplo das constantes revoltas e desordens que causaram muita depredação pelo interior, como atesta o juiz ordinário de Alhandra, em 1825:

- (14) circunstancias, emq' nenhu cidadão probo / pode ter segurança individual com roubos, as/saSininos, eoutras perturbações, q' tem merecido / na atençaõ de V.Exª a punição desimmelhantes desaguiza-/ dos, expedindo restrictas ordens a os Capitaes / Mores, e Comandantes de Policia desta Província pa empregare / sobre estes factos toda a energia, eathe recommen/dando aelles, q' caza como sou enformado, al/gua das pessoas de confiança haja q' necessari-/tem de defeza, e Armas pª ella, recorraõ a V.Exª/p' as mandar (C109)

O conteúdo dessas cartas relaciona-se com a administração das capitanias, do Reino, das vilas e de seus habitantes. Muitos fatos relatados nessas correspondências são citados por historiadores, como revoltas, problemas com bandos de marginais ou envio de recrutas para completarem as tropas, como o trecho seguinte:

- (15) Espero do zelo,/comq V.Sª sedistingue no RealServiço continue aRemeter/ me /dessa Capitania doseo /Governo q Sei he abundante degente, todas /as mais Recrutadas, que poder, com apossivel brevidade; pois tendo// já Regulado oRegimento deOlinda, mefoi preciso porOrdem/ de S. Magestade mandar delle duzentas eSincoentaPraças (C17)

Na época em que esses textos foram produzidos, a instrução, no geral, estava direcionada à camada dirigente, composta da pequena nobreza e de seus descendentes, e deveria servir aos interesses metropolitanos, de acordo com o modelo político de colonização adotado. Os cargos públicos eram bastante valorizados e o acesso a esses documentos estava restrito às pessoas que tinham habilidade com a escrita. Entretanto, conforme Mariz (1980, p. 62), a hierarquia e as atribuições dos funcionários da colônia eram muitas vezes confusas. Com frequência, cargos burocráticos eram ocupados por pessoas que não tinham habilidade ou experiência com a escrita, e, de acordo com Schwartz (1979), quanto mais distantes do reino, menos domínio da escrita era demonstrado. Para ser escrivão, nos séculos XVI e seguintes, por exemplo, era necessária pouca alfabetização:

Se os manuscritos existentes podem servir como índice, os melhores escrivães se encontravam no Tribunal de Lisboa e os piores, semi-analfabetos, em vilarejos coloniais pobres. Geralmente, os letrados evitavam servir como tabeliães e estes cargos eram preenchidos por homens de educação rudimentar (SCHWARTZ, 1979, p. 57).

Até o período final do século XVIII, segundo Barbosa (2002), a sociedade brasileira era *manuscrita*, já que só a partir da vinda de D. João VI, no início do século XIX, foi permitida a criação de tipografias e começam a surgir os primeiros jornais. Mesmo assim, ainda faltavam professores, manuais e livros. Os que tinham interesse em instruir-se, precisavam deslocar-se por vários lugares. É o que atesta o ofício seguinte, enviado em 1822, pela Câmara do Senado da Vila Nova da Rainha à Junta Provincial, que defende a instalação de *Aullas deprimeiraS Letras* na freguesia e aponta, entre outros motivos, o deslocamento dos jovens para estudarem longe de suas casas:

- (16) ealem disto como esta Villa é oponto / central do Sertaõ do Cariri nenhum outro / lugar é taõ adequado para esse estabeli-/cimento, como ela. Segundo noseu termo / á Povoações, q não (_____) mui consideraveis / a exceSsaõ d'Alagoa Nova, p^m todas ellas /apresentaõ amesma necessidade pella // pella falta demeios; que tem muitos Pais / desses emterem oseos filhos fora de suas cazas (C69)

O léxico dessas cartas, além dos aspectos ligados diretamente à administração das freguesias, vilas e termos, pode desvendar a vida do cidadão comum, suas relações, seus interesses e seus problemas (saúde, educação, segurança pública), refletidos em verbos, palavras e locuções. As informações podem ser de diversos tipos, referindo-se a pessoas e acontecimentos partilhados pelos interlocutores, como nas passagens a seguir:

- (17) A esta Praça chegou com efeito Manoel Pacheco /de Paiva, o qual Se apresentou, Segundo me constou, depois de passados alguns dias da Sua chegada. /O Soldado Luiz Antonio, em que Vossa Senhoria me fala /também já veio de Goyana para esta Praça onde ficará com a de /Soldado (C5)
- (18) nesta Villa tem/ porção avistada de mocidade capazes de exercer-/serem as primeiras letras, pelo mesmo modo/na Povoação da Serra da Rais deste termo (C68)
- (19) por fim rogar /a V. Ex^{ca} se sirva tomar na devida /consideração os pedidos que me /faz aquella autoridade relati-/vamente o ____ vacinico para ser/applicado a população do mesmo /Districto que está sendo acomode-/ttido de variola (C200)
- (20) pelo que respeita as terras d'Alma/Vila, destinados para asplantações dos /indios, que elas são su-/ficientes para eles, huã vez, que semandem /expulsar os pertencen-/tidos foreiros que nela seaxão sem satisfazerem ao fim/p^a q' asarrendavaõ, e que bem longe de civilizarem os mesmos/Indios os põem em perturbação, e de ordem, por que são/da intima e mais abjeta plebe (C4)

Alguns termos se referem a diversos aspectos da vida militar (destacamento, infantaria, regimento), ou designam cargos, muitos dos quais já não existem (*furriel*, alferes, ordenança, capitão-mor). Além desses, como não poderia deixar de ser, há registros de outras profissões como *corregedor*, *vedor*, *secretários*.

- (21) considerando-me igualmente excluí-/do do posto de Sarg^{to} Mor de Ordenanças Montada, e/ comando do mesmo Regimento pela proposição, que/manda V. Ex^a fazer de dois Esquadros de Cavallaria/ Melicana com dois Majores, e mais Officiais das quali-/dades (C86)
- (22) a fim de/ com tempo preparar-se com/brevidade algum fardamento,/para que não haja falta quan-/do se torne elle necessario a os recrutas. (C192)
- (23) por quanto conheço, q' a/mayor honra q' pode ter hum vassallo he empregar-se no serviço do / Soberano (C8)

No léxico vislumbra-se um mundo violento, de muita insegurança, em que autoridades ou civis viviam com medo, com questões relacionadas com a justiça. Pessoas que se escondem após terem cometido crimes, que escondem criminosos, que se escondem de criminosos. São frequentes palavras relacionadas aos mais diferentes crimes (*assassinatos*, *roubos*, *assuada*, *acoitar*, *contrabandos*) e expressões relativas ao mundo judicial. Como exemplo, citam-se *homiziar*, que tem vários sentidos, entre os quais furtar à vigilância ou à ação da justiça; *inteligência*, usada no sentido de combinação, ajuste, conluio e *fascine(o)roso*, no sentido de facinora, que pode ser empregado como substantivo e adjetivo.

- (24) Trazia aquele Comandante em Sua Com-/panhia ou vinha pr omizeálo oCabra M.el Dias /omem facineroso (C112)
- (25) pelas mortes e as Suadas q' diariamente estão Co-/mitidos huma tropa (C113)
- (26) nenhum cidadão probo/pode ter segurança individual com roubos, as/saSinos, e outras perturbações, q' tem merecido/na attenção de V.Exa (C109)
- (27) pondo-os naintelligencia de obser-/varem inviolavelmente odisposto nelle (C14)
- (28) marítimo e gente de Tripulação, q' he o seu verda/deiro significado, não por Homens vindos do Reyno q' he hu=ma acepção de Idiotismo do Paíz..." (C16)

No exemplo 14, o autor reclama de não poder aceitar o envio de tropas pedido anteriormente, porque o que ele solicitou não foi atendido, em virtude de uma confusão com o sentido que a palavra *marítimo* adquiriu no Brasil. Esse exemplo evidencia a tendência à maior padronização das cartas oficiais e à obediência aos modelos produzidos pela tradição, preferindo-se evitar o uso de variantes lexicais pouco conhecidas e aceitas na *região*, no sentido que lhe atribui Coseriu (1982).

3. Das relações sociais

Para reconstruir o momento e as condições de produção dos textos, partimos das marcas presentes nos próprios textos (DUCROT, 1987). Essas marcas, existentes nas línguas naturais, permitem ao interlocutor reconhecer o modo como o que foi dito pelo locutor deve ser lido: uma possibilidade, uma certeza, uma consequência, uma necessidade. Segundo ele,

interpretar uma produção linguística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação (DUCROT, 1987, p. 173).

As cartas estudadas estão inseridas numa situação de formalismo, de controle social e de uso da linguagem relacionada ao poder¹¹. As relações sociais são marcadas pelas conveniências e a linguagem, principalmente a língua escrita, é utilizada como reguladora das relações de trabalho: há uma série de restrições que se refletem na padronização dos textos e na formalidade no uso da linguagem.

No tocante às relações de poder que se vislumbram nas marcas linguísticas, ressaltamos o fenômeno da modalização. Pesquisas (NASCIMENTO, 2010; SILVEIRA, 2002) indicam que, em ofícios atuais, a modalização é utilizada como uma estratégia semântico-argumentativa que possibilita ao locutor avaliar seu discurso e também agir em função do seu interlocutor.

Nas cartas analisadas, o uso (recorrente) da modalização deontica de obrigatoriedade se realiza (ocorrer) por meio do emprego de diferentes recursos linguísticos, a exemplo de advérbios, predicativos cristalizados, verbos performativos explícitos, de verbos no modo imperativo etc. Esse tipo de modalização situa-se no eixo do saber e do dever, no eixo da conduta, concorrendo para a construção de discursos autoritários, a exemplo do que acontece nas cartas oficiais em que há uma relação hierárquica entre o locutor e o seu interlocutor. Vejamos mais alguns casos do emprego desse tipo de modalização.

- (29) Remeto a Vossa senhoria o Mapa incluzo pela formalidade do qual **Se faz preciso** que Vossa Senhoria **mande**, com a possível brevidade, tirar outro, respectivo do destrito Penal desta Capitania e, logo que estiver tirado o **envie** Sem perda de tempo à Secretaria deste Governo, mandando tãoobem o que lhe vai agora. (C1)

Neste ofício, a modalização deontica está explícita e se realiza por meio do uso da expressão "**Se faz preciso**", que tem como escopo o fragmento *que Vossa Senhoria mande, com a possível brevidade, tirar outro, respectivo do destrito Penal desta Capitania*, e das formas verbais **mande** e **envie**, ambas constituindo um enunciado injutivo. Esse tipo de modalização, como vimos, ocorre no eixo da conduta, tornando o conteúdo proposicional como uma obrigação a ser realizada pelo interlocutor.

O uso da expressão citada é recorrente nas cartas oficiais analisadas, mas, nem sempre com o mesmo grau de modalização. No caso da carta a seguir, essa expressão não exprime uma ordem a ser cumprida pelo interlocutor, mas uma condição para que o interlocutor possa cumprir com a presteza de sempre, como reconhece o locutor, a ordem que lhe será dada.

¹¹ Esse nível relaciona-se ao lugar social, ou seja, ao quadro de formação social, instituição e ao modo de interação em que o texto é produzido (BRONCKART, 1999, p. 94).

- (30) Como reconheço a distinta honra, desve lo, eeficacia com que Vossa Senhoria Seemprega no Real Serviço, e para efeito deste **Se faz preciso** gente para completar o Regimento inteiro [...]. **Ordeno** a Vossa Senhoria que no seu destrito **faça tirar** emeremeta com a mayor brevidade humalista de todos os nossos solteiros [...]. eoutro sim **me remeta** logo presos todos os vadios, que houver no mesmo destrito. (C2)

Nesse fragmento, a modalização deôntica se expressa de forma explícita por meio do uso do verbo performativo "**ordeno**". O uso desse modalizador orienta o interlocutor a compreender o enunciado como uma ordem a ser cumprida, sendo esse entendimento reforçado pelas locuções "**faça tirar**" e "**me remeta**", todas no modo injutivo.

O uso do verbo performativo "**ordeno**" repete-se na carta a seguir, em que explicitamente o locutor exprime sua autoridade sobre seu interlocutor e subordinado.

- (31) Se achar em diligencia fora dessa cidade, ordeno a Vossa Senhoria que tanto que receber apresente, lhefaça logo saber, onde estiver, estaminha determinação para elle asim oficar entendendo. (C3)

Muitas vezes, os produtores dos textos tentam influenciar o comportamento dos destinatários, buscando, em alguns (uns) casos, a obediência às ordens expedidas e, em outros, a manutenção das boas relações interpessoais. Nesse sentido, espera-se das pessoas que exercem cargos públicos que elas pensem no interesse público, no interesse do rei, como recomenda o governador José César de Menezes, em 1774 e em 1778, respectivamente:

- (32) com todas aquellas providencias /q. julgar mais convenientes a conseguir-se hum fim **detan/to interesse para obem publico**, que sempre **devemSer hum dos= /principais objectos detodos os que tem ahonra de servir a/ S Mage** eprincipalmente deV. S.^a, q' neste emprego se/tem feito distinto com taõ gloriosos creditos. (C6)
- (33) dou aV.S^a o bem **merecido louvor do zello**, comque **promove/os intereSses da Real Fazenda**, em Cuja Contemplaçaõ, eàos justos repa=/ros, que V.S^a jaz nadita Sua carta, darei pela Junta da mesma (C30)

Muitas cartas trazem claramente a importância de ocuparem determinados cargos e como isso deve ser valorizado pelos subordinados, que devem demonstrar gratidão pela escolha, através de um comportamento "adequado".

- (34) com o horror de não Serem sol/dados, de q' metem cauzado o mayor sentimento, por quanto conheço, **q' a/mayor honra q'pode ter hum vassalo he empregar-se noserviço do /Soberano** (C8)
- (35) conheço **agrande honra** comq V. S^a Se distingue no Real /Serviço, oq não sucede a mayor parte dos Capitaens Mores/desta Cap, pois tenho achado muytos sem honra, esem verda/de por me terem remetido muytos mulatos, eNegros de/Carapinha fechada, Só afim de poderem servir osSeus afi/lhados, esquecendo-se **do principal objeto de humhome e q/tem ahonra de ocupar o posto de capitão Mor.** (C9)

Nas cartas enviadas pelo governador de Pernambuco ao governador da Paraíba, é possível perceber as relações de poder, através da assimetria, decorrente da posição de maior prestígio, de superioridade do enunciador¹², mesmo ele se dirigindo a um outro que ocupa um cargo semelhante e, teoricamente se encontra em posição de igualdade. Essa posição de superioridade se explica pelas circunstâncias históricas, pela subordinação política, econômica e administrativa da Paraíba com relação a Pernambuco. Mesmo com a heterogeneidade de propósitos comunicativos, predominam as ordens, os mandados: dificilmente o governador se expressa em tom de solicitação, em igualdade, mesmo quando utiliza expressões de cortesia. Nesses casos, em que o locutor

¹² Com relação à posição social do emissor, ou com o papel que desempenha na interação em curso, Bronckart (1999) distingue *emissor* e *receptor* (produz ou recebe em texto) do de *enunciador* e *destinatário* (papel social assumido pelo emissor e pelo receptor).

responsável pelo discurso está numa posição hierarquicamente superior ao interlocutor, predominam verbos que denotam *ordem*, *mandado*, como se percebe na passagem abaixo:

- (36) **V.S^a. respeitando esta Real Determinação/aplicará** todo o **esforço em executala** na parte, que lhe/**ordeno**, concorrendo com todo o auxilio preciso para a/pronta condução, e embarque das ditas Madeiras (C26)

Na passagem seguinte, José César de Menezes, embora se dirija a outro governador, está claramente dando uma ordem, exigindo brevidade no atendimento dessa ordem, como denota o verbo no imperativo. Evidencia-se o uso verbos performativos, indicando atos de fala diretos, notadamente nesses casos em que expressam injunção, mandado.

- (37) **Remeto** a V. S^a o Mapa incluso (C1)
- (38) **Ordeno** a V./S^a q' no seu destrito faça tirar, eme remeta (C2)
- (39) Por se achar vago oposto de Alferes da minha companhia (...) aoposto de Capitam; **nomeyo** (C33)
- (40) **Recebo** acarta de Vossa Senhoria de 16 do corrente mez com a Re/messa do Soldado dezertor: (C9)
- (41) **Agradeço** a Vossa Senhoria a relação, **erecomendo** /lhe, que todos os mais (C9)

O mesmo acontece em outras cartas, em que ele exige zelo do destinatário, como a seguir, em que o tom de advertência é explícito:

- (42) **Ordeno** a V. S^a q' no seu destrito **faça tirar, eme remeta com-a may/or brevidade** humalista detodos os nossos Solteiros (C13)
- (43) **Advirto** mais a V. S.^a q. **de nenhuma forma consinta** q' nos corpos Aux^{es}. Sirvaõ ese assente praça senão ahomens cazados, eFilhos Unicos de Viuva (C38)

Nos casos em que o remetente deve obediência ao destinatário, a relação transparece não só na escolha da linguagem adequada, mas também no relato dos acontecimentos, que ganham um outro aspecto, os fatos são contados de acordo com o desejo do principal interessado. Aparecem então passagens formais, segmentos pouco espontâneos, cheios de frases feitas, como as que seguem:

- (44) **Estimo** muito ter esta/ocasião **de poder fazer este pequeno Serviço a V. Ex.^{cia} e /desejo muito dever a V. Ex.^{ca} o obsequio** de me dizer se com effeito o dito Desertor chegou a essa cidade. (C64)
- (45) me/ ordenava; **que devaçasse** muito escrupulozamente so-/bre os factos por elle praticados, desgraçadamente naõ /pude **por em execução** huãs **Ordens taõ providentes**,/e que **tanto concorriaõ para a boa** ordem, esucego pu-/blico deste lugar, porque tendo estado bastantemente/ enfermo o Escrivaõ proprietário (C78)
- (46) Tendo m^{to} prazer em prestar os **meus quasi/enuteis serviços** à Nação, apesar de passar p^{ca}/ encommodo de estar fora do seio da m^a /fam^a, (C89)

Nas cartas estudadas, as relações de poder transparecem na atitude subserviente e em expressões utilizadas pelo autor, que precisa dizer o que diz e do modo como diz para manutenção de seus cargos: espera-se dos militares que obedeçam aos seus superiores e acatem suas ordens; do *humilde servo*, que seja preocupado com a *sagrada causa*, *zeloso no serviço ao seu senhor*, como em:

- (47) q' a/**mayor honra** q' pode ter hum vassalo he empregar-se no serviço do / Soberano (C8)
- (48) que **tem ahonra de Servir** a/Sua Majestade (C6)

(49) de Vossa Senhoria, que neste emprego se /tem feito **distinto com tão gloriosos créditos** (C6).

Em passagens como essas, são bastante utilizados termos ou expressões como os que seguem, que parecem constituir lugares-comuns, apontados, dada a recorrência com que aparecem nos textos:

(50) auxiliando Vossa Senhoria /esta **importante diligencia** com todas aquellas providencias (C6)

(51) Ficando inteirado dessa comuni-/cação, aproveito a oportunidade para renovar a /V. Ex^{ca} as seguranças de minha **perfeita estima e/distincta consideração**. (C27)

(52) Prevalessome da oportunidade para a/prezentar a V.E. os **meos protestos de estima e concideração**. (C27)

(53) Em cumprimento do **Respeitavel Despaixo**/proferido no requerimento junto p V./V. Ex^{cas} informo (C108)

(54) Tenho a **alta honra de accusar a recepção** do/officio de V.E. de 13 do corrente (C197)

Outras expressões, como as que seguem, demonstram nas cartas em que o autor pede uma providência ou mesmo quando deseja o parecer da autoridade a quem se dirige:

(55) pelo que V. Ex^{cia} resolve-/ra o **que julgar conveniente**. (C186)

(56) V. Ex^a **providenciará da melhor maneira**. (C185)

(57) até que V. Ex^{ca} dê **as pro-/videncias, que entender em sua sabedoria** (C178)

(58) mandar para onde Sua Majestade **foi servido** (C2)

(59) sAvista disto V.S./determinara, oque **for servido** (C 48)

Em passagens como essas, mesmo tendo-se em conta a subjetividade do autor (marcas de 1ª pessoa, assinatura), percebe-se que essa subjetividade, embora transpareça, é amenizada em virtude do cargo exercido, razão pela qual os interesses devem coincidir com os dos superiores.

(60) ...eamesma arrecadação da Real/ Fazenda, que tem os ultimos tempos mudaraõ, emteiramente / demodo **mefirmaõ** na rezulução **quetomei**: o que sertamente / naõ FaSso com outro experito, **senaõ com ó deservir bem** / a Sua Majestade.(C12)

A modalização deôntica, às vezes, se manifesta por meio de construções mais sofisticadas, é o que se pode perceber na análise do fragmento de uma dessas cartas, como ocorre no exemplo a seguir:

(61) **Faz-se-me indispensável** lembrar a Vossa Senhoria a Remessa das Listas dos Mossos Solteiros para as reclutas destes regimentos, eem quanto mas-se demorão, va-me Vossa Senhoria mandando todos quantos asua eficaz diligencia poder conseguir[...]”(C15)

A construção **Faz-se-me indispensável** expressa a atitude do enunciador que considera o conteúdo proposicional como uma obrigação a ser realizada pelo próprio enunciador.

Na carta a seguir, a modalização deôntica se dá numa escala que vai de uma modalização mais atenuada para uma mais acentuada, é o que se pode observar no seguinte fragmento:

- (62) [...] Agradeço a Vossa Senhoria **recomendo** lhe, que todos os mais que nessa Praça aparecerem sem Licença minha por escrito. Vossa Senhoria me remeta prezos, pois depouco ounada servirá recrutar soldados para a tropa.[...] **Espero que Vossa Senhoria me remeta** com mayor brevidade outro tanto números de recrutas, como memandou, porquanto conheço a grande honra comque Vossa Senhoria se distingue no Real Serviço, oque não sucede a mayor parte dos Capitaens Mores desta Capitania, [...] Alem da remessa das recrutas que recomendo a Vossa Senhoria, **lhe ordeno** tão bem **faça tirar** no Seu distrito, eme dirija, com amayor brevidade, com amayor brevidade [...] (C9)

Observa-se aqui que a modalização deôntica inicia-se por um menor engajamento do enunciador com seu discurso e seu interlocutor. Por meio do uso da forma verbal **recomendo**, o enunciador modaliza de modo atenuado, dado que a obrigatoriedade presente nesse tipo de modalização parece esvaziada, uma vez que constitui apenas uma recomendação. Ao longo de seus discursos, entretanto, o locutor faz valer sua autoridade por meio do uso do performativo **ordeno**, seguido das formas **faça tirar** e **me dirija**, expressões que imprimem um caráter de obrigatoriedade, modalizando deonticamente o seu discurso. Observa-se ainda que ao mesmo tempo, o enunciador busca atenuar seu discurso, amenizando-o por meio do uso de formas de polidez, que revelam seu reconhecimento em relação à presteza no cumprimento de seus deveres, ou seja, no “*Real Serviço*”.

Em outras passagens, a utilização de epistêmicos asseverativos contribuem para que os autores argumentem, na tentativa de conseguir algo do seu interlocutor, seja uma ação, seja um posicionamento.

- (63) fazemos tenção marxar com /aquella Tropa, que se poder reunir tanto de Cavalaria co-/mo d’Ordenança a hirmos portar no lugar do Pombo, ou aon-/de, depois de ali xegarem julgarmos conveniente **por quetenho /certeza** se áxaõ já naPovoação de Piranhas (C84)
- (64) Serei prompto em participar aVossa Senhoria todos os movimentos /detaõ emportante negocio contando sempre com/aproteção deVossa Senhoria Sem a qual **ja mais** seremos felizes. (C83)
- (65) terras dehum Capitam cha/mado Bento Carado, que **talvez** ignora quem são /os acoi/tados (C6)
- (66) Entre os moradores do Districto da quella comandan=/cia, **acho capais** para ocupar o lugar de Comandante Joaquim Franisco (C81)

Na passagem a seguir, João, Bispo de Pernambuco, em 1834, reclama do abandono em que se encontra a matriz de uma freguesia e pede providências ao vice-presidente da província, no sentido de fazer as reformas necessárias, já que considera o governo provincial o responsável pela conservação das igrejas. Trata-se de uma pessoa que demonstra habilidade com a escrita, apresentando seus argumentos de maneira coerente, com clareza na exposição das ideias, é o que se pode perceber por meio do uso de expressões modalizadoras como “*já mais*”, que assevera negativamente o conteúdo proposicional, reforçando sua argumentação, e “*Infelizmente*”, que verbaliza o estado de espírito do enunciador, ou seja, suas reações emotivas, diante do estado em que se encontra a “*Matriz da Freguesia de Taipú*”.

- (67) **Já mais** se pode negar a obrigação, em que está constituido o Governo/Provincial, de reparar as ruínas das Matrises de Sua Provincia, para serem /conservadas, como convem para Gloria de Deus, mantença de seo cul/to, e edificação dos povos. (C144)
- (68) **Infelizmente** presenciei, Excelentíssimo Senhor , oabandono da Matriz da Fre/guesia de Taipú, a muitos annos em projecto, sem que /tenha havido quem promova a sua edificação. (C144)

Nos excertos seguintes, a atitude de subserviência do autor da carta em relação aos seus superiores pode ser percebida pela recorrência no uso de estruturas adverbiais em **-mente** utilizadas na sua argumentação. Inicialmente, ele enaltece a ação dos membros da Junta Provisória, por meio das formas *sabia e honradamente*. Esse uso, mais do que uma modalização avaliativa da maneira como os interlocutores agiram na finalização dos trabalhos, pode ser interpretado como (revelar) a intenção do enunciador de elogiar a ação desses membros. Já as formas “*desgraçadamente*” e “*emfelismente*” modalizam afetivamente o discurso do enunciador, revelando sua tristeza em relação ao não cumprimento da ordem dada, assim como traduz uma expectativa negativa diante de futuros acontecimentos.

- (69) que taõ **sabia/ e onradamente** finalizou os seus trabalhos (C78)
- (70) que devaçasse muito **escrupulosamente** so-/bre os factos por elle praticados (C78)
- (71) **desgraçadamente** não /pude por em execução huãs Ordens taõ providentes(...) porque tendo estado **bastantemente** / enfermo o Escrivão proprietário (...)(C78)
- (72) **Emfelismente** acabara este Pais nas mãos dos orro/rosos omesidios eSeVossa Excelência não providenciar eproteger / os sidadoens deste termo, ã pó(rasura) nesta isperansaequemea/nimeia alevra a prezensa de Vossa Excelência pedindo a Jus/tisa do Costume. (C113)

O emprego dessas expressões modalizadoras foge à estrutura formal desse gênero (dos textos), se considerássemos/considerarmos o que dizem os manuais de redação oficial atuais, visto que a orientação é para que a linguagem dos textos oficiais seja (deve ser) objetiva e impessoal. Também no período em foco, a impessoalidade e a objetividade são verificáveis em muitos ofícios que seguem as tradições discursivas do período colonial e imperial brasileiros em relação à modalidade escrita *exemplar*, no conceito de Coseriu. No entanto, outros há que se distanciam dessas tradições, em decorrência da inabilidade do escrivão, do autor dos textos ou ainda do contexto de produção dos textos.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a linguagem de ofícios dos períodos colonial e imperial brasileiros, considerando o contexto de produção e as relações sociais reveladas nas marcas linguísticas. Em geral, a maioria das cartas oficiais busca seguir os modelos transmitidos historicamente, manifestando uma linguagem cuidada, elaborada. Esses documentos buscam seguir as tradições discursivas do gênero adotado, preservando uma certa regularidade no que se refere ao tipo de registro, às convenções, à composição textual.

No entanto, em algumas delas, é possível encontrar variação com relação à habilidade com a escrita por parte dos autores e co-autores, mesmo considerando-se de autoridades e de profissionais da escrita, como os escrivães. Como consequência, veem-se (vêm-se) outros níveis de língua que não são habituais nesse tipo de textos — cartas oficiais.

Muitas divergências encontradas podem ser explicadas pelo contexto histórico e social em que esses documentos foram escritos, notadamente pelo limitado acesso à escrita que havia na época. Dessa forma, não é de se estranhar que traços de oralidade e distanciamento da linguagem formal transpareçam, refletidos na preferência por determinadas expressões que construções, o que também denuncia a já citada inabilidade de seus autores.

Ressaltamos, por fim, o uso expressivo e recorrente de recursos linguísticos, entre os quais o da modalização, principalmente a modalização deôntica, em que se pode perceber claramente a relação de poder entre os interlocutores. Esses modalizadores funcionam como indicadores de atitudes e de intenções do enunciador, revelando assim o engajamento deste com o seu discurso.

Para concluir, podemos dizer que a modalização deôntica é um recurso linguístico usado pelo locutor para traduzir sua relação de poder frente a seu interlocutor. São formas que estão diretamente vinculadas ao contexto de produção do discurso, funcionando como indicadores de atitudes e de intenções do enunciador, que revela o seu engajamento com o conteúdo veiculado em seu discurso.

Referências

- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia M. de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org). *Gramática do português falado*. Vol.2. Campinas: Unicamp. 1993

- COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral*: cinco estudos. 2 ed. Trad. Agostinho Dias Carneiro; rev. téc. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. –Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- _____. *Sincronia, diacronia e história*: o problema da mudança linguística. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/USP, 1979a.
- _____. *O homem e a sua linguagem*: estudos de teoria e metodologia lingüística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira., Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *Caracterização linguística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em Linguística). Vols.I e II. UFPE. Recife, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7647>>. Acesso em: 13 out 2017.
- MENDONÇA, Neide Rodrigues de Sousa. *Um estudo da prosa institucional*. Subsídios para a desburocratização linguística. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1985.
- NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. *Argumentação e interação*: os modalizadores na carta oficial. Revista DLCV – Língua, Linguística & Literatura. João Pessoa, v.7, n.1, jan/jun 2010, 121-130. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/view/4830/4674>>. Acesso em 13 out 2017.
- NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo, Editora UNESP. 2000.
- OESTERREICHER, Wulf. *Autonomización del texto y recontextualización*. Dos problemas fundamentales de las ciencias del texto. Mimeo, 1999.
- _____. Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN, Klaus (Eds). *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana. 1996.
- _____. El español en textos escritos por semicultos. Competencia escrita de impronta en la historiografía indiana. In: LUDTKE, Jens. (comp). *Actas del Simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlín*. Frankfurt am Main: Verveurt/Madrid: Iberoamericana. 1994. p. 155-190.
- MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.
- OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII*: subordinação e autonomia. Fortaleza: BNB. ETENE. p. 176, 1985.
- _____; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória. (Orgs.) *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Trad. Fernando Tarallo [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- SILVEIRA, Maria Inez M. *Estudo sócio-retórico do ofício – gênero textual da correspondência oficial e empresarial*. Tese de doutorado. Recife, Pe: UFPE, 2002.